

TERMO DE REFERÊNCIA**1. DO OBJETO:**

1.1 Constitui objeto deste Termo de Referência a realização de licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, com adoção do Sistema de Registro de Preços, com critério de julgamento do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, visando à AQUISIÇÃO DE COLCHÕES E CAPAS HOSPITALARES IMPERMEÁVEIS destinados à reposição dos colchões dos leitos da Unidade de Pronto Atendimento Municipal de Ituiutaba – UPAMI, conforme especificações e quantitativos constantes neste Termo de Referência.

1.2 - Da classificação do objeto

1.2.1 - O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme o Decreto Federal nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.2.2 - O objeto desta contratação se enquadra na descrição de BENS COMUNS, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por edital, por meio de especificações usuais de mercado, conforme o disposto no art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021 e no Estudo Técnico Preliminar.

1.2.3 - O art. 40 da Lei nº 14.133/2021 dispõe que o Termo de Referência contenha as especificações do produto, preferencialmente conforme catálogo eletrônico de padronização, observados os requisitos de qualidade, rendimento, durabilidade e segurança. Entretanto, o Município ainda não dispõe de catálogo eletrônico próprio para padronização dos itens, razão pela qual as especificações foram definidas com base nas necessidades da unidade requisitante e nas características usuais de mercado para colchões hospitalares.

1.3 Quantitativo:

1.3.1 As especificações e quantitativos dos itens a serem adquiridos são:

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTDE ANUAL ESTIMADA	MÉDIA UNITÁRIA	VALOR ESTIMADO
1	COLCHÃO HOSPITALAR PARA CAMA – D33, MEDIDAS: 1,88 X 0,80 X 0,10 M, REVESTIMENTO EM NAPA 100% PVC AZUL, IMPERMEÁVEL, HERMETICAMENTE FECHADO, ALTA RESISTÊNCIA	UN	60	R\$ 317,23	R\$ 19.033,80
2	COLCHÃO HOSPITALAR PARA CARRO MACA – D33, MEDIDAS: 1,80 X 0,55 X 0,05 M, REVESTIMENTO EM NAPA 100% PVC AZUL, IMPERMEÁVEL, HERMETICAMENTE FECHADO, ALTA RESISTÊNCIA	UN	36	R\$ 212,97	R\$ 7.666,92
3	CAPA PARA COLCHÃO HOSPITALAR IMPERMEÁVEL 0,12 X 0,88M X 1,88M, PROTEÇÃO ANTIBACTERIANA, REVESTIMENTO EM PVC 100% POLIÉSTER, FECHAMENTO COM ZÍPER, COR AZUL.	UN	60	R\$ 53,01	R\$ 3.180,60
				TOTAL	R\$ 29.881,32

1.3.2 Conforme exposto no Estudo Técnico Preliminar, a seleção dos itens, bem como a definição de suas respectivas quantidades e descrições, foi realizada com base no histórico de consumo da Unidade de Pronto Atendimento Municipal de Ituiutaba – UPAMI, considerando o desgaste natural dos colchões decorrente do uso contínuo, da alta rotatividade de pacientes e dos frequentes procedimentos de higienização.

1.3.3 O quantitativo dos itens foi estimado individualmente, considerando a necessidade média mensal de reposição da unidade, projetada para o período de 12 (doze) meses, bem como a manutenção de estoque mínimo para reposição imediata, a fim de evitar desassistência e garantir a continuidade do atendimento.

1.3.4 Os quantitativos estimados também consideram a média mensal de 700 a 800 internações registradas na UPAMI, bem como o desgaste acelerado dos colchões e capas decorrente do uso contínuo e dos frequentes procedimentos de higienização hospitalar, tornando necessária a manutenção de estoque mínimo para reposição imediata, a fim de garantir a continuidade e a segurança da assistência prestada aos pacientes.

1.4. No que se refere ao item capa impermeável para colchão hospitalar, destaca-se que se trata de primeira aquisição no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, não havendo histórico de consumo que subsidie a estimativa do quantitativo. Sua inclusão decorre da necessidade de aprimorar as condições de higiene, biossegurança e conservação dos colchões, atuando como barreira contra fluidos e agentes contaminantes, além de contribuir para o aumento da vida útil dos colchões.

Dessa forma, o quantitativo foi estimado com base no número de leitos existentes e nas necessidades operacionais da unidade, em conformidade com boas práticas assistenciais.

1.4.1 Para fins de definição do quantitativo a ser contratado, foi utilizada como referência a memória de cálculo baseada na última aquisição realizada em janeiro de 2023, a qual ocorreu por meio de procedimento licitatório com fornecimento em entrega única nas dependências da Unidade de Pronto Atendimento Municipal de Ituiutaba, sem a constituição de estoque regulador no sistema.

1.4.2 Ressalta-se que, em razão do modelo adotado à época caracterizado pela entrega integral e ausência de controle sistemático de entradas e saídas não foi possível realizar o acompanhamento contínuo do consumo dos colchões hospitalares, tampouco aferir, com precisão, indicadores históricos de demanda, tais como taxa de reposição, vida útil média ou frequência de substituição.

1.4.3 Diante desse cenário, o quantitativo estimado para a presente contratação foi definido com base nos dados disponíveis da aquisição anterior, aliado à análise das necessidades atuais da UPAMI, considerando fatores como a rotatividade de pacientes, o desgaste natural dos materiais, as condições de uso contínuo e a necessidade de manutenção de condições adequadas de conforto, segurança e higiene no ambiente assistencial.

1.4.4 Assim, a estimativa apresentada busca assegurar o atendimento adequado da demanda institucional, ainda que diante da limitação de dados históricos consolidados, adotando-se como parâmetro técnico a última contratação realizada, ajustada às condições operacionais vigentes, de modo a mitigar riscos de desabastecimento e garantir a continuidade dos serviços de saúde.

1.4.5 Considerando que o edital de licitação para registro de preços deve observar o disposto no art. 82, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, informa-se que a quantidade mínima estimada para aquisição corresponderá a 50% do quantitativo previsto para cada item.

1.5. Das variações dimensionais

1.5.1 As medidas indicadas nas especificações dos colchões hospitalares possuem caráter referencial, admitindo-se variação para mais ou para menos, limitada ao máximo de 5% (cinco por cento), desde que não comprometa a compatibilidade com os leitos e carros maca existentes na unidade, a segurança do paciente, a adequada higienização e a finalidade a que se destinam.

1.5.2 Serão aceitas variações dimensionais de até 5% (cinco por cento), compatíveis com os padrões usuais de mercado, desde que o produto ofertado atenda às características técnicas essenciais descritas neste Termo de Referência, especialmente quanto à densidade mínima D33, revestimento em napa 100% PVC impermeável, fechamento hermético e resistência ao uso

hospitalar, sem prejuízo à adequada execução do objeto.

1.5.3 A Administração poderá aceitar dimensões superiores ou inferiores às previstas, desde que respeitado o limite máximo de 5% (cinco por cento), mantida a plena compatibilidade com os equipamentos onde os colchões serão utilizados e sem acarretar custos adicionais não previstos na proposta.

1.5.4 Conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar, os quantitativos foram definidos com base no histórico de consumo e reposição da Unidade de Pronto Atendimento Municipal de Ituiutaba – UPAMI, considerando o desgaste decorrente do uso contínuo, a alta rotatividade de pacientes, a média mensal de internações, os protocolos de higienização adotados e a necessidade de manutenção de estoque mínimo para reposição imediata

1.5.5 A estimativa observou critérios de necessidade assistencial, substituição periódica de colchões danificados ou desgastados, compatibilidade com os leitos, e carros maca existentes, bem como a manutenção das condições adequadas de assepsia, conforto e segurança dos pacientes, resultando em quantitativos tecnicamente justificados, proporcionais à demanda identificada e compatíveis com a disponibilidade orçamentária do Município.

1.6 - Da vigência da contratação

1.6.1 A vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, podendo ser prorrogado pelo período permitido para esta modalidade de licitação instituído pela Lei 14.133.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1 A presente contratação tem por objeto a aquisição de colchões hospitalares impermeáveis destinados à reposição dos itens utilizados nos leitos da Unidade de Pronto Atendimento Municipal de Ituiutaba – UPAMI, compreendendo colchões para cama hospitalar, e carro maca.

2.2 A necessidade da contratação decorre da imprescindibilidade de garantir condições adequadas de funcionamento dos leitos hospitalares, assegurando padrões satisfatórios de conforto, segurança e higiene aos pacientes atendidos, em estrita observância às normas sanitárias vigentes e às diretrizes estabelecidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

2.3 Considerando que a Unidade de Pronto Atendimento Municipal de Ituiutaba possui elevado fluxo assistencial e significativa rotatividade de pacientes, os leitos são submetidos a utilização contínua e intensiva, aliada à realização frequente de procedimentos de limpeza e desinfecção a cada troca de usuário. Tais condições operacionais impõem desgaste progressivo aos colchões hospitalares, que desempenham papel essencial tanto na acomodação adequada do paciente quanto na viabilização de práticas eficazes de assepsia.

2.4 Os colchões hospitalares devem possuir características específicas, tais como revestimento impermeável, resistência mecânica e facilidade de higienização, de modo a atender às exigências relacionadas ao controle de infecções e à segurança assistencial. Entretanto, em razão do uso contínuo e da exposição reiterada a agentes químicos utilizados nos processos de desinfecção, é comum a ocorrência de deterioração desses materiais ao longo do tempo, manifestada por fissuras, rasgos e perda da integridade do revestimento.

2.5 A degradação dos colchões compromete diretamente a eficácia dos processos de limpeza, uma vez que dificulta a eliminação adequada de microrganismos, potencializando o risco de contaminação cruzada e infecções relacionadas à assistência à saúde. Tal cenário configura risco sanitário relevante, impactando negativamente a segurança do paciente, a qualidade do atendimento prestado e a conformidade da unidade com os requisitos normativos aplicáveis.

2.6 Ressalta-se que a disponibilidade de colchões em condições adequadas de uso está

diretamente relacionada à continuidade e eficiência dos serviços assistenciais, evitando a indisponibilidade de leitos e contribuindo para a adequada gestão da capacidade operacional da Unidade de Pronto Atendimento Municipal de Ituiutaba.

2.7 Assim, diante da permanência da necessidade de reposição periódica dos colchões, da inexistência de cobertura contratual suficiente e da necessidade de garantir a continuidade do atendimento prestado pela UPAMI, torna-se imprescindível a instauração de novo procedimento licitatório. A medida visa assegurar o fornecimento regular e parcelado dos colchões hospitalares, indispensáveis à manutenção das condições sanitárias adequadas, à segurança dos pacientes e à continuidade do serviço público de saúde, em observância aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade e continuidade administrativa.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1 A solução proposta será viabilizada por meio da realização de Pregão Eletrônico com adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP), pelo prazo de 12 (doze) meses, possibilitando a contratação da empresa que ofertar o MENOR PREÇO POR ITEM. O uso do SRP se mostra adequado à natureza da demanda, pois permite aquisições parceladas conforme a real necessidade da Administração, respeitando os quantitativos máximos licitados e o prazo de vigência da ata.

3.2 A adoção do Sistema de Registro de Preços justifica-se pela imprevisibilidade quanto ao momento exato de consumo e pela necessidade contínua de reposição dos colchões, em razão do uso intensivo, do desgaste natural e da elevada rotatividade dos leitos da Unidade de Pronto Atendimento Municipal de Ituiutaba. Nesse sentido, o SRP permite à Administração realizar contratações futuras e parceladas, de acordo com a efetiva necessidade, evitando aquisições excessivas e formação de estoques desnecessários.

3.3 O Pregão Eletrônico mostra-se adequado por se tratar de aquisição de bens comuns, cujas especificações podem ser objetivamente definidas, permitindo ampla competitividade entre os licitantes. Além disso, o formato eletrônico amplia o universo de fornecedores, favorece a transparência do certame e contribui para a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração.

3.4 A solução contempla o fornecimento de colchões hospitalares destinados à reposição dos itens utilizados nos leitos da UPAMI, abrangendo colchões para cama hospitalar, capas impermeáveis para colchão hospitalar e colchões para carro maca, assegurando condições adequadas de acomodação, conforto, segurança e higiene aos pacientes.

3.5 Sob o aspecto técnico, a solução considera a padronização das especificações dos colchões, incluindo requisitos relacionados à densidade D33, dimensões, revestimento em napa 100% PVC azul, impermeabilidade, resistência, durabilidade e facilidade de higienização. Tais características são indispensáveis para garantir a compatibilidade com o uso hospitalar e a manutenção das condições de assepsia e controle de infecções.

3.6 No aspecto operacional, a solução prevê o fornecimento parcelado, conforme a demanda da unidade requisitante, possibilitando maior flexibilidade administrativa e melhor planejamento do consumo. Essa sistemática evita a formação de estoques excessivos e assegura a reposição contínua dos colchões, conforme o desgaste decorrente do uso e das rotinas de limpeza e desinfecção.

3.7 A entrega dos colchões será realizada diretamente na Unidade de Pronto Atendimento Municipal de Ituiutaba – UPAMI, conforme a emissão das respectivas Autorizações de Fornecimento, permitindo maior controle do consumo, reposição imediata dos itens deteriorados e melhor gestão do estoque da unidade.

3.8 A solução também abrange a definição de condições relativas à execução contratual, incluindo prazo de entrega, acondicionamento adequado, substituição de itens que apresentem

desconformidades e observância rigorosa das especificações técnicas constantes do Termo de Referência, assegurando a qualidade do fornecimento e a continuidade dos serviços prestados pela unidade de saúde.

3.9 Dessa forma, conclui-se que a solução proposta é tecnicamente viável, operacionalmente adequada e economicamente vantajosa, atendendo de forma satisfatória à necessidade identificada, ao mesmo tempo em que promove o uso racional dos recursos públicos e assegura a continuidade e a qualidade da assistência prestada pela Secretaria Municipal de Saúde.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 As empresas deverão atender aos requisitos mínimos exigidos:

4.1.1 Atender aos requisitos de habilitação contidos no art. 62 da Lei n.º 14.133/2021, sendo que as condições específicas serão detalhadas no Edital.

4.2 A contratação compreende os requisitos legais, que são considerados necessários, suficientes e indispensáveis para acatar a demanda solicitada.

4.2.1 O colchão deve conter o Selo de Identificação da Conformidade no SBAC costurado diretamente no corpo do colchão, e atender as Normas ABNT NBR 17034-2023 conforme Portaria 354/2024 do INMETRO.

4.2.1.1 O colchão deverá apresentar característica técnica compatível com o uso hospitalar, incluindo estrutura interna em material resistente, densidade adequada para suporte ergonômico do paciente e revestimento externo impermeável, lavável e de fácil higienização, de forma a permitir a correta desinfecção entre utilizações e contribuir para o controle de infecções.

4.2.1.2 Os materiais utilizados na fabricação sejam atóxicos, hipoalergênicos e isentos de substâncias que possam comprometer a saúde dos pacientes, bem como que possuam resistência a agentes químicos utilizados nos processos rotineiros de limpeza hospitalar. O acabamento dos produtos deverá ser íntegro, sem emendas expostas ou pontos vulneráveis que favoreçam o acúmulo de sujidades ou a proliferação de microrganismos, garantindo maior durabilidade e manutenção das condições sanitárias ao longo do tempo.

4.2.1.3 No que se refere às dimensões, os produtos deverão ser compatíveis com os padrões dos leitos existentes na Unidade de Pronto Atendimento Municipal de Ituiutaba, assegurando adequado encaixe e estabilidade durante o uso, sem prejuízo à segurança do paciente. Também deverá ser observada a capacidade de suporte de peso.

4.2.2 É possível observar, diante das especificações contidas neste estudo que o objeto almejado possui padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, mediante especificações usuais adotadas no mercado, de forma a permitir aos potenciais fornecedores do ramo de atividade compatível com o objeto da licitação condições de ofertarem suas propostas.

4.2.3 Entende-se que será necessário a apresentação de catálogo, encartes, folhetos técnicos ou folders de todos os itens ofertados, devendo conter as especificações mínimas solicitadas nos descritivos dos itens solicitados. A apresentação de catálogos, encartes, folhetos técnicos ou folders é necessária para que a Administração possa se certificar de que o bem proposto atende e está de acordo com as características mínimas solicitadas, possibilitando a quem julga dados técnicos referentes aos itens propostos.

4.3 Para a presente contratação deverá ser solicitado como habilitação técnica:

4.3.1 Comprovar aptidão no desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da contratação, mediante apresentação de ao menos 1 (um) Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado. Caso o atestado seja emitido por pessoa jurídica de direito privado, deverá conter firma reconhecida de quem o subscreveu.

4.3.2 Os colchões hospitalares e capas hospitalares deverão atender às normas sanitárias vigentes, especialmente às regulamentações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária –

ANVISA e do INMETRO, quando aplicáveis.

4.3.2.1 A empresa licitante deverá apresentar documento que comprove a regularidade sanitária do produto, podendo ser:

- a) registro ou notificação do produto junto à ANVISA, quando aplicável; ou
- b) declaração de dispensa de registro/notificação do produto; ou
- c) documentação técnica que comprove que o produto atende às normas sanitárias vigentes.

4.3.2.2 A exigência tem como finalidade garantir que os produtos atendam aos padrões de qualidade, segurança e uso hospitalar, assegurando a proteção dos pacientes e a conformidade com a legislação vigente, sem restringir a competitividade do certame.

4.3.3 Alvará de Licença Sanitária de titularidade da empresa licitante, expedido pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal, exigível para todos os itens supracitados, na hipótese de a empresa estar legalmente dispensada da obtenção do referido alvará, caberá ao proponente comprovar tal condição por meio de documentação que está dispensado do Alvará Sanitário.

4.3.4 Em caso do Alvará Sanitário (ou Licença Sanitária) vencido, será aceito protocolo de revalidação, desde que a Vigilância Sanitária competente pela expedição do documento (municipal ou estadual) confira validade legal ao documento. Para tanto, deverá a empresa licitante apresentar cópia legível da solicitação (protocolo) de revalidação, acompanhada da cópia de Licença Sanitária vencida, bem como, declaração emitida pelo órgão ou outro documento pertinente que assegure validade ao protocolo apresentado.

4.3.5 Como a licitação tem por objeto a aquisição de colchões e capas, que serão usados em ambiente hospitalar para a defesa e proteção da saúde individual ou coletiva dos usuários, visto que os fabricantes ou revendedores destes produtos necessitam da aprovação de Órgão especializado, nesse caso particular, a ANVISA, para garantir a qualidade do produto e idoneidade do fornecedor, garantindo segurança para os usuários e profissionais que terão contato com os colchões.

4.4 Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente sob os produtos, como mão de obra, indenização, seguro contra acidentes, transportes, embalagens, taxas e tributos de qualquer natureza, pois não será admitida a inclusão de nenhum ônus adicional aos preços inicialmente ofertados.

4.5 O prazo de entrega é de 30 (trinta) dias, contados do envio da Autorização de Fornecimento por e-mail.

4.6 O endereço e horários para entrega é o seguinte: Rua João Quirino de Moraes, 319 - Platina, Ituiutaba - MG, CEP: 38302-312, nos horários das 08:00h às 11:00hs e de 13:00h às 16:00hs em dias úteis, de 2ª a 6ª feira. Tel.: (34)3271-8252.

4.6.1 As empresas detentoras deverão seguir rigorosamente os dias e horários de entrega, bem como a especificação dos colchões e das capas adquiridos constante no Termo de Referência.

4.7 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no termo de referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação à contratada, às custas desta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.8 Caso a contratada identifique que seja necessária a substituição de bens com defeitos e falhas, os mesmos deverão ser substituídos por itens com qualidade e características iguais ou superiores aos existentes.

4.9 A Contratada deverá responsabilizar-se, em relação aos seus profissionais, por todas as despesas decorrentes da execução do objeto, tais como salários, seguros de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, auxílio-refeição, auxílio transporte, uniforme completo e outras despesas que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo. Não haverá nenhum vínculo empregatício com a Contratante.

4.10 Responder, independentemente de culpa, por qualquer dano pessoal ou patrimonial ao CONTRATANTE, ou ainda a terceiros, na execução do fornecimento do objeto da licitação, não sendo excluída, ou mesmo reduzida, a responsabilidade pelo fato de haver fiscalização ou acompanhamento pelo CONTRATANTE.

4.11 Indenizar terceiros e/ou o Contratante, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização por parte deste, pelos danos ou prejuízos a que der causa, por dolo ou culpa, assegurados a ampla defesa e o contraditório, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

4.12 Submeter-se à fiscalização por parte da Contratante, bem como às disposições legais em vigor;

4.13 A contratada se compromete a substituir os produtos **IMEDIATAMENTE**, às suas expensas, quando houver no ato da vistoria, produtos ou serviços que não atendem às especificações do Termo e dos demais documentos do processo licitatório;

4.14 Somente será permitido materiais novos de acordo com o especificado, não se admitindo, sob qualquer hipótese, defeituoso, fora do padrão ou de qualidade duvidosa.

4.15 No preço apresentado na proposta estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para a perfeita execução do objeto licitado, abrangendo inclusive as despesas com transporte, instalação, entrega, descarregamento, seguros e encargos previstos nas legislações trabalhistas e previdenciárias, salvo naquilo que o Contrato dispor em contrário.

4.16 Emitir Nota Fiscal/Fatura discriminada, legível e sem rasuras.

4.17 Responsabilizar-se pela qualidade, quantidade e resistência dos materiais fornecidos, que deverão ser novos e de primeira qualidade.

4.18 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17, 18 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

4.19 Da Garantia da Proposta

4.19.1 Não será exigida garantia da proposta, visto que, poderá implicar em restrição à competitividade e dificuldade na obtenção de uma proposta mais vantajosa para a administração pública.

4.20 Da Garantia do Contrato

4.20.1 Não será exigida garantia do contrato, visto que, poderá implicar em restrição à competitividade e dificuldade na obtenção de uma proposta mais vantajosa para a administração pública.

5. EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Do prazo de entrega

5.1.1. O prazo máximo para fornecimento do objeto deste Termo de Referência será de 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho e da Autorização de Fornecimento, que serão emitidas após a publicação do Contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e no Diário Oficial do Município de Ituiutaba.

a) Caso não seja possível efetuar a entrega na data assinalada, a CONTRATADA deverá comunicar formalmente ao CONTRATANTE as razões respectivas, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, para análise de eventual prorrogação pela Secretaria requisitante, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou força maior.

5.2. Do local de entrega

5.2.1. O objeto deverá ser entregue na Rua João Quirino de Moraes, 319 - Platina, Ituiutaba - MG, CEP: 38302-312, Tel.: (34)3271-8252.

a) O recebimento ocorrerá em dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 8h às 11h e das 13h às 16h, mediante prévio agendamento com o setor responsável.

b) A CONTRATADA deverá observar rigorosamente os dias, horários e especificações constantes neste Termo de Referência. O descumprimento poderá comprometer o regular funcionamento da unidade e ensejar a aplicação das sanções previstas no edital e no contrato.

5.3. Das condições de entrega

5.3.1. Será avaliado o acondicionamento dos colchões hospitalares no momento da entrega. Não serão aceitos produtos com embalagem violada, rasgada, suja, molhada, amassada ou com qualquer indício de avaria, bem como colchões com rasgos, manchas, deformidades, costuras abertas, odor inadequado ou aparência incompatível com produto novo.

5.3.2. O número da Nota de Empenho e da Autorização de Fornecimento deverá constar em cada Nota Fiscal. Não serão aceitas entregas cujos produtos ou documentos fiscais estejam em desacordo com a Nota de Empenho, a Autorização de Fornecimento ou as especificações deste Termo de Referência.

5.3.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando estiverem em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta da CONTRATADA, devendo ser substituídos no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, contados da notificação, às expensas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

5.3.4. Os colchões hospitalares e as capas impermeáveis fornecidos deverão ser novos, sem uso, de primeira linha, e atender rigorosamente às especificações constantes neste Termo de Referência, especialmente quanto às dimensões, densidade mínima D33, revestimento em napa 100% PVC impermeável, fechamento hermético, proteção antibacteriana, fechamento com zíper e resistência a produtos de higienização hospitalar.

5.3.5. Além da entrega no local designado pelo CONTRATANTE, caberá à CONTRATADA realizar a descarga e acomodação dos produtos no local indicado por servidor responsável da unidade, responsabilizando-se integralmente por eventuais danos causados durante o transporte ou descarregamento.

5.3.6. As entregas ocorrerão de forma parcelada, conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde e solicitação da UPAMI, observados os quantitativos e cronograma definidos pela Administração.

5.4. Da garantia do produto

5.4.1. A garantia dos produtos consiste na obrigação da CONTRATADA de assegurar a qualidade, integridade e adequação dos colchões hospitalares fornecidos, nos termos do art. 12, art. 18 e art. 31 da Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor.

5.4.2. Os colchões deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, rasgos no revestimento, falhas de costura, perda excessiva de densidade da espuma ou qualquer vício que comprometa sua utilização normal.

5.4.3. A CONTRATADA será responsável pela substituição, troca ou reposição, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, dos produtos entregues com avarias, defeitos, desconformidade com as especificações ou vícios identificados durante o período de garantia, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

6. GESTÃO DO CONTRATO

6.1 A fiscalização do objeto da presente contratação pela Contratante será exercida por um profissional designado para tal finalidade, nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133/21, inciso I alínea (b), o objeto será fiscalizado mediante termo detalhado quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.

6.2 Os fiscais e gestores são aqueles expostos no Decreto nº 11.741/2025.

6.3 A fiscalização acima mencionada não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ou ainda, resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios e, na ocorrência deste, não implica em

corresponsabilidade da CONTRATANTE em conformidade com o art. 140 da Lei nº 14.133/21, inciso I.

6.4 O profissional designado receberá os itens, cabendo-lhe:

6.4.1 A conferência qualitativa e quantitativa dos itens, recusando-os caso não esteja dentro dos limites das especificações técnicas deste Termo de Referência;

6.4.2 Proceder de forma criteriosa à sua realização.

6.4.3 Prestar ao fornecedor qualquer tipo de esclarecimento quanto à identificação, quantidade ou qualidade das aquisições.

6.4.4 A CONTRATADA ficará sujeita a mais ampla e irrestrita fiscalização, obrigando-se a prestar todos os esclarecimentos porventura requeridos pela Administração.

6.5 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.6 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.7 Os materiais e serviços deverão ser executados fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas neste Termo de Referência e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal, pelo (a) responsável do recebimento, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência.

7.2 O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência, devendo ser substituídos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3 O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE até 30 (trinta) dias mediante a apresentação da Nota Fiscal, sendo efetuada a retenção de tributos sobre o pagamento a ser realizado, conforme determina a legislação vigente.

7.4 O pagamento será creditado em conta corrente, por meio de ordem bancária a favor de qualquer instituição bancária indicada na Nota Fiscal, devendo, para isso, ficar explícito o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

7.5 Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Imposto e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos, de acordo com a Lei Complementar nº123, de 14 de dezembro de 2006.

7.6 Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta será devolvida à CONTRATADA, e o pagamento ficará pendente até que ela providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar após a regularização da situação ou representação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

7.7 Os tributos e as contribuições fiscais, bem como quaisquer outras despesas necessárias a entrega dos materiais são de responsabilidade da CONTRATADA, podendo a CONTRATANTE exigir, a qualquer tempo, a comprovação de sua regularidade.

7.8 Das condições de aquisição e pagamento semelhantes as do setor privado:

7.8.1 Tendo em vista que não se aplica ao objeto licitado a modalidade de pagamento antecipado, tampouco será realizado pagamento mediante cartão de crédito, tem-se por afastada a disposição constante no Art. 40, I da Lei 14.133/2021 que determina que sejam adotadas condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado.

8. DO REAJUSTE

8.1. Os preços registrados são fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços. Caso, após esse período, seja formalizado contrato decorrente da Ata, o reajuste será aplicado mediante a utilização do índice INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), exclusivamente para as obrigações cuja execução se inicie e se conclua após o transcurso da anualidade, conforme disposto no §3º do art. 92 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1. A forma de seleção se dará por meio de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, pelo Sistema de Registro de Preços.

9.2. Será considerado vencedor o licitante que, observadas as condições, especificações e procedimentos estabelecidos neste Termo de Referência e no Edital, apresentar o **MENOR PREÇO POR ITEM**.

9.3. Habilitação Jurídica

9.3.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

9.3.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI.

9.3.3. No caso de sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

9.3.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no registro onde tem sede a matriz, no caso de ser participante sucursal, filial ou agência.

9.3.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

9.3.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, devidamente arquivados, bem como o registro previsto no art. 107 da Lei nº 5.764/1971.

9.3.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização.

9.3.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.4. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

9.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ.

9.4.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

9.4.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional.

9.4.4. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.

9.4.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de CNDT.

9.4.6. Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual.

9.4.7. Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal.

9.4.8. Caso o licitante seja microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação da regularidade fiscal, ainda que contenha alguma restrição, observando-se o tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006.

9.5. Habilitação Econômico-Financeira

9.5.1. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da empresa, emitida há no máximo 30 (trinta) dias, salvo se houver prazo de validade expresse no documento.

9.5.2. Em caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá comprovar que o respectivo plano foi homologado judicialmente.

9.5.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

9.6. Qualificação Técnica

9.6.1. O licitante deverá apresentar, no mínimo, 1 (um) atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando fornecimento de colchões hospitalares ou produtos compatíveis, em características, quantidades e prazos, com o objeto desta licitação.

9.6.2. A licitante deverá comprovar que o fabricante e/ou os produtos ofertados atendem às exigências sanitárias aplicáveis, mediante apresentação dos documentos abaixo, quando exigíveis pela legislação vigente:

9.6.2.1. Licença Sanitária ou Alvará Sanitário vigente da empresa fabricante ou fornecedora.

9.6.2.2. Comprovante de regularidade do produto perante a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, mediante registro, cadastro, notificação, dispensa ou outro documento equivalente, quando aplicável.

9.7. Da Ata de Registro de Preços

9.7.1. A presente contratação será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços, nos termos dos arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021.

9.7.2. O Sistema de Registro de Preços justifica-se em razão das seguintes características da contratação:

a) Há necessidade recorrente de reposição dos colchões hospitalares em razão do desgaste decorrente do uso contínuo e dos processos de higienização.

b) A demanda ocorrerá conforme a emissão das Autorizações de Fornecimento pela Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com a necessidade da UPAMI.

c) O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO POR ITEM**.

d) Embora existam quantitativos estimados, não é possível prever com exatidão a necessidade de reposição ao longo da vigência da Ata, em razão da variação do desgaste e da utilização dos colchões hospitalares.

9.7.3. A vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada nos termos da Lei nº 14.133/2021.

9.7.4. O órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços será a Secretaria Municipal de Saúde de Ituiutaba/MG.

9.7.5. Não será permitida adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes.

9.7.6. Os preços registrados permanecerão fixos durante a vigência da Ata, ressalvadas as hipóteses legais de revisão, reajuste ou reequilíbrio econômico-financeiro.

9.7.6.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021.

9.7.6.2. Durante a vigência da Ata, a empresa registrada poderá solicitar revisão dos preços, mediante comprovação da ocorrência de fato superveniente que altere os custos da contratação, nos termos do art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021.

9.7.6.3. Os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro serão analisados pela Administração, com manifestação técnica, contábil e jurídica.

9.7.6.4. Caso deferido, o reequilíbrio será formalizado mediante termo aditivo ou apostilamento, conforme o caso.

9.7.6.5. Os preços revistos não poderão ultrapassar os praticados no mercado.

9.7.6.6. Verificada a redução dos preços de mercado, a Administração poderá convocar a empresa registrada para renegociação dos valores.

10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. A estimativa do valor da contratação foi apurada com fundamento no art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante pesquisa realizada no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e no Banco de Preços, considerando contratações similares realizadas por outros órgãos públicos.

10.2. Para composição do preço estimado foram considerados os valores obtidos em atas de registro de preços, contratos administrativos e banco de preços, observando-se a média aritmética das pesquisas realizadas.

10.3. O valor global estimado da contratação corresponde a R\$ 29.881,32 (vinte e nove mil, oitocentos e oitenta e um reais e trinta e dois centavos).

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 A presente contratação de colchões e capas não estava prevista no Plano de Contratação Anual. Contudo, diante da necessidade, foi formalizada a solicitação de autorização por meio do Ofício nº 24, bem como realizado o devido registro da demanda no sistema, por meio do DFD nº 2575/2026

11.2. As despesas serão acobertas pela seguinte fonte de recurso:

10.302.0019.2.118 - UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO/UPA24/SAMU

NAT. DE DESPESA: 3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

Dotação: 552

FR: 1.621.000.0000

Evento: 001.119

Conta Corrente: 78224-6

Valor: R\$ 29.881,32

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Indicar preposto responsável pelo atendimento às demandas da CONTRATANTE durante toda a execução contratual.

12.2. Realizar a entrega dos colchões hospitalares e capas impermeáveis, conforme especificações e quantitativos constantes neste Termo de Referência, no prazo e local indicados pela Contratante.

12.3. Fornecer colchões hospitalares e capas impermeáveis novos, sem uso, em perfeitas condições, devidamente embalados, livres de defeitos, avarias ou imperfeições, observando rigorosamente as especificações técnicas, dimensões e materiais exigidos neste Termo de Referência.

12.4. Corrigir ou substituir, de forma imediata e sem ônus para a CONTRATANTE, os produtos entregues com avarias, defeitos, vícios, divergências de especificação ou qualquer irregularidade apontada pela fiscalização.

12.5. Assumir integral responsabilidade pelos vícios e danos decorrentes do fornecimento, nos termos dos arts. 12, 13 e 18 a 27 da Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor.

12.6. Apresentar, sempre que solicitado, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a documentação atualizada de habilitação, qualificação técnica, licença sanitária e demais documentos exigidos neste Termo de Referência.

12.7. Ressarcir os prejuízos causados à CONTRATANTE ou a terceiros em razão de falhas, defeitos, atrasos ou irregularidades na execução contratual.

12.8. Arcar com todos os custos decorrentes do fornecimento, inclusive transporte, descarga, embalagem, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE.

12.9. Comunicar formalmente à CONTRATANTE, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas e mediante justificativa, qualquer fato que possa impedir ou atrasar a entrega dos produtos.

12.10. Emitir Nota Fiscal/Fatura legível, sem rasuras, contendo a descrição detalhada dos itens fornecidos, quantitativos, número da Nota de Empenho e da Autorização de Fornecimento.

12.11. Fornecer à CONTRATANTE todos os esclarecimentos e informações que venham a ser solicitados acerca do objeto contratado.

12.12. Manter sigilo sobre informações obtidas em razão da execução contratual, inclusive aquelas de natureza técnica, administrativa ou operacional.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

13.1. São obrigações da CONTRATANTE:

13.1.1. Acompanhar e fiscalizar o fornecimento dos colchões hospitalares, por meio de servidor designado.

13.1.2. Informar à CONTRATADA as normas e procedimentos para acesso às dependências da unidade onde ocorrerá a entrega, bem como eventuais alterações.

13.1.3. Prestar à CONTRATADA as informações e os esclarecimentos necessários à execução do objeto.

13.1.4. Comunicar, por escrito, à CONTRATADA quaisquer irregularidades verificadas no fornecimento, solicitando sua correção ou substituição conforme as especificações deste Termo de Referência.

13.1.5. Receber os produtos provisoriamente e definitivamente, quando atendidas as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

13.1.6. Efetuar o pagamento à CONTRATADA nas condições, prazos e valores previstos neste Termo de Referência, desde que os produtos tenham sido entregues e aceitos.

13.1.7. Acompanhar os prazos de entrega e exigir da CONTRATADA as providências necessárias à regularização do fornecimento, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

13.1.8. Comunicar, por escrito, à CONTRATADA eventual recusa, total ou parcial, dos produtos entregues, indicando as razões da rejeição.

13.1.9. Proporcionar as condições necessárias para que a CONTRATADA possa cumprir regularmente as obrigações assumidas.

14. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

- h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- i) Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei 14.133);
- ii) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei 14.133);
- iii) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei 14.133)
- iv) Multa:
 - (1) moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias, calculado sobre o valor do fornecimento ou serviço não realizado.
 - (2) moratória de 20% (vinte por cento) em caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, calculado sobre o valor do fornecimento ou serviço não realizado.
 - (a) O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

14.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º, da Lei 14.133)

14.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º da Lei 14.133).

14.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (Art. 157 da Lei 14.133).

14.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º da Lei 14.133).

14.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

14.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º da Lei 14.133):

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

- d) Os danos que dela provierem para o contratante;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (Art. 159 da Lei 14.133)

14.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (Art. 160 da Lei 14.133)

14.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161 da Lei 14.133)

14.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

15. DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

15.1. O(A) CONTRATADO(A) deverá observar os mais altos padrões éticos durante a execução do objeto, estando sujeito(a) às sanções previstas na legislação e conforme indicado a seguir:

- I. O(A) CONTRATADO(A) permitirá a Secretaria Municipal de Saúde a realização de inspeção em suas contas, registros e quaisquer outros documentos relativos à apresentação de ofertas e ao cumprimento do Contrato, e poderá submetê-los à auditoria realizada por pessoas designadas pelo respectivo Órgão;
- II. Para isso, o(a) CONTRATADO(A) deverá:
 - a) Manter todos os documentos e registros referentes ao objeto por um período de 10 (dez) anos após a conclusão dos trabalhos contemplados no respectivo contrato;
 - b) Entregar toda documentação necessária à investigação relativa à fraude e/ou corrupção, e disponibilizar os empregados ou agentes que tenham conhecimento do objeto para responder a indagações provenientes da Secretaria Municipal de Saúde ou de qualquer investigador, agente, auditor ou consultor apropriadamente designado pela Secretaria Municipal de Saúde para a fiscalização ou auditoria dos documentos.

Parágrafo único caso o (a) CONTRATADO (A) não cumpra as exigências firmadas ou de qualquer maneira crie à Secretaria Municipal de Saúde obstáculos para a fiscalização, ou auditoria dos documentos, deverá esta, tomar medidas apropriadas para tanto.

- I. Caso ficar comprovado após procedimento administrativo da Secretaria Municipal de Saúde que empregado do(a) CONTRATADO(A) ou de quem atue em seu lugar, quando for o caso, incorreu em práticas corruptas, a Secretaria Municipal

de Saúde poderá declarar inidoneidade para participar de futuras Licitações ou Contratos ao(à) CONTRATADO(A) e/ou seus empregados envolvidos nas práticas corruptas, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o(a) CONTRATADO(A) ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada;

II. Com os propósitos dessa disposição, considera-se:

- a) "Prática corrupta" - oferta, doação, recebimento ou solicitação de qualquer coisa de valor para influenciar a ação de um funcionário público no processo de aquisição ou execução do Contrato;
- b) "Prática fraudulenta" - deturpação dos fatos a fim de influenciar um processo de aquisição ou a execução de um Contrato em detrimento da Administração, e inclui prática conspiratória entre os concorrentes (antes ou após a apresentação da proposta) destinados a estabelecer os preços das propostas a níveis artificiais não-competitivos e privar o órgão licitante dos benefícios da competição livre e aberta;
- c) "Prática conspiratória" - esquema ou arranjos entre dois ou mais concorrentes, com ou sem o conhecimento do órgão licitante, destinado a estabelecer os preços das propostas a níveis artificiais não competitivos;
- d) "Prática coercitiva" - prejudicar ou ameaçar, diretamente ou indiretamente, pessoas ou suas propriedades a fim de influenciar a participação delas no processo de aquisição ou afetar a execução de um contrato; e
- e) "Prática obstrutiva":
 - i. Destruir, falsificar, alterar ou esconder intencionalmente provas materiais que serão necessárias para a investigação ou oferecer informações falsas aos investigadores com o objetivo de impedir o prosseguimento da investigação sobre alegações de corrupção, fraude, coerção ou conspiração; significa ainda ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte envolvida com vistas a impedir a liberação de informações ou conhecimentos que sejam relevantes para a investigação; ou
 - ii. Agir intencionalmente com o objetivo de impedir o exercício do direito da administração de investigar e auditar.

16. DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

16.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

- a. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.
- b. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

- c. As partes responderão administrativa e judicialmente caso causarem danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à Lei Geral de Proteção de Dados.
- d. Em atendimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados, o CONTRATANTE, para a execução do objeto deste contrato, tem acesso a dados pessoais dos representantes da CONTRATADA, tais como número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial, e cópia do documento de identificação (listar outros, quando cabível).
- e. A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.
- f. A CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE em até 24 (vinte e quatro) horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados.

17. DOS CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

Ituiutaba, 10 de abril de 2026

CONRADO HENRIQUE NASCIMENTO ALVES PEREIRA
Secretário Municipal de Saúde